

## **INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS**

Ivanice do Nascimento Sousa (1); Ana Cristina Silva Soares (4)

*(1) Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Ivanice.sousa25@gmail.com; (4) Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA/CENFLE, acsilvasoares@gmail.com.*

**Resumo:** Este trabalho tem o objetivo principal de discutir o papel da inclusão e da acessibilidade que favoreça a inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior. Convém destacar que este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso que teve como objetivo analisar a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência visual na universidade. A metodologia utilizada se constitui em uma pesquisa bibliográfica e documental realizada por meio de artigos científicos, teses, monografias, dissertações e documentos oficiais: Figueiredo (2011), Carvalho (2011), Soares (2011), Brasil (2008; 1996; 1988) entre outros. Os resultados constatam que as universidades ainda estão em processo de mudanças, sendo que ainda há muito que se progredir, e as mesmas ainda necessitam disponibilizar de materiais para o uso do deficiente visual, profissionais capacitados com metodologias propícias para todos e estrutura arquitetônica acessível. A inclusão e a acessibilidade para pessoa com deficiência visual na educação de nível superior vêm a cada dia obtendo mais avanços dentro das legislações, embora ainda cheio de percalços na realidade acadêmica. Para concluir, é preciso desenvolver ações de acessibilidade que fomentem a inclusão é preciso tempo, visto que requer mobilização, investimento financeiro, de formação e informação de todos envolvidos no processo, principalmente, uma gestão universitária preocupada com a inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Deficiência visual, ensino superior, educação inclusiva, acessibilidade.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo principal de discutir o papel da inclusão e da acessibilidade que favoreça a inclusão da pessoa com deficiência visual no ensino superior. Convém destacar que este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso que teve como objetivo analisar a acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência visual na universidade.

A acessibilidade é uma temática que tem sido pouco debatida na universidade e nos espaços públicos, apesar das questões de acessibilidade física serem mais evidenciadas em nossa sociedade, a qual ainda impõe muitas barreiras à inclusão de pessoas com deficiência, por exemplo, nos espaços acadêmicos do ensino superior. Portanto, o processo de inclusão de pessoas com deficiências acarretou uma série de políticas públicas voltadas para a acessibilidade.

Segundo Soares (2011) a inclusão tem em sua base a ideia de oferecer em um sistema regular de ensino, uma educação de qualidade para todos, em equidade de condições e possibilidades de aprendizagens. Essa ideia surgiu a partir da observação de que todas as crianças devem aprender e frequentar as mesmas escolas, com igualdade de oportunidades, em consonância as suas necessidades educacionais específicas.

Com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências, de 2006, pela Organização das Nações Unidas, o Brasil, publica o Decreto nº 6949, de 2009, determinando através do artigo 24, que os Estados reafirmem os direitos das pessoas com deficiências à educação, com base na igualdade de oportunidades, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de escolaridade e sem discriminação (BRASIL, 2009). Por isso, a nossa pergunta de pesquisa, apresenta o seguinte questionamento: em meio a uma sociedade tão desigual, as instituições de ensino superior estão sendo inclusivas e acessíveis a pessoa com deficiência visual?

Este estudo apresenta metodologia que se constituiu por uma pesquisa bibliográfica e documental realizada por meio de artigos científicos, teses, monografias, dissertações e documentos oficiais relacionados à temática pesquisada.

### **Políticas Educacionais no Ensino Superior para as pessoas com Deficiência Visual**

Para o acesso das pessoas com deficiência nas universidades, observamos na convenção dos direitos da pessoa com deficiência

(2009), o decreto nº 6.949, que propõe ao Estado de assegurar o acesso das pessoas com deficiências às universidades, disponibilizando professores habilitados e promovendo a adaptação dessas pessoas ao meio acadêmico. (BRASIL, 2009).

Por exemplo, para o aluno com deficiência visual a necessidade de uma prova adaptada, em Braille ou com leitor. Por isso, através de ação normativa, o Ministério da Educação, tornou público que as universidades pudessem ser acessíveis a todos sem distinção, conforme se verifica no aviso circular, nº 277 (BRASIL, 1996). Este documento propõe três mudanças significativas no processo de seleção dos exames: no edital de inscrição deverá conter de forma clara os direitos da pessoa com deficiência no momento do exame; referente às correções das provas; e na hora do exame onde o ‘vestibulando’ terá direito a uma sala específica a sua deficiência, dando ênfase a correção das provas que serão corrigidas conforme o grau de necessidade do aluno. (BRASIL, 1996).

A Lei de nº 10.098, de 2000, estabelece as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e proporciona outras providências. No segundo artigo da referida lei, define acessibilidade, como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Conforme o artigo acima, o conceito de acessibilidade nasce da “possibilidade” e da “condição” para a utilização de meios, equipamentos urbanos, meios de comunicação, bibliotecas acessíveis, material digitalizado, entre outros. Evidencia um aspecto prático, de estrutura adequada para as pessoas com deficiência.

Em 2008, o Governo Federal assume um papel relevante com a divulgação da proposta da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, defende a inclusão como uma ação política, social, pedagógica e cultural. Neste campo, confirma-se a inclusão de alunos com deficiência em sistemas de ensino, cuja proposta determina a garantia do direito de todos compartilharem do mesmo sistema de ensino, sem nenhuma forma de discriminação, e assumindo “a concepção dos direitos humanos articulados à igualdade e à diferença como um valor indissociável” (BRASIL, 2008).

A Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, de 2015, também um ato muito relevante para a educação brasileira surge com propósito de garantir e proporcionar à pessoa com deficiência, em condições de igualdade e liberdade aos seus direitos dentro da sociedade como

cidadão. Em seu capítulo IV, do direito a educação no artigo 28, ressalta que alguns deveres do poder público para a pessoa com deficiência, são realçados no seguinte texto: “XI- formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;” (BRASIL, 2015, p.08). Por isso, é primordial que professores sejam formados para trabalhar com as pessoas com deficiência visual e demais deficiências, por que poderão conduzir aulas com qualidade e saberão orientar melhor esses alunos.

A proposta da “Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, de 2008, dispõe sobre a criação de núcleos ou centro de apoio de acessibilidade em Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de eliminar as barreiras físicas, de comunicação e informação; com a criação de um espaço de acessibilidade para se assegurar a inclusão na IES.

É evidente que ainda há muito a se fazer para que se sintam incluídos no ambiente social. As leis são muitas, porém falta atitudes de profissionais e da própria universidade que devem propiciar meios para que possam literalmente incluir as pessoas com deficiência.

### **Acessibilidade e Inclusão: Construção de Conceitos e Recursos Didáticos**

Este tópico trata-se da discussão sobre acessibilidade e os caminhos para uma a inclusão da pessoa com deficiência visual nas universidades.

Falar de acessibilidade é ir muito além de apenas ter um espaço arquitetônico apropriado a pessoa com deficiência, prédio com rampas, banheiros com portas largas e corrimões. Acessibilidade é proporcionar o indivíduo ser apto para realizar suas atividades, sem necessitar de ajuda de terceiros, sendo autônomo.

Existem alguns tipos de acessibilidade para inclusão das pessoas com deficiência: acessibilidade atitudinal que propõe a inexistência de preconceito; acessibilidade arquitetônica para que não exista barreiras nos ambientes físicos como prédios e lugares públicos; acessibilidade metodológica voltada para eliminação de barreiras nas metodologias de ensino e de trabalho; acessibilidade programática para inexistência de barreiras nas políticas públicas; acessibilidade instrumental que busca ausência de barreiras nos instrumentos, materiais e ferramentas de estudo e trabalho, acessibilidade nos transportes, ausência de barreiras tanto nos veículos como nas calçadas, pontos de ônibus entre outros, acessibilidade nas comunicações, inexistência de barreiras quanto a

comunicação interpessoal, acessibilidade digital, eliminação de barreiras tecnológicas com programas e sites adaptados ao uso das pessoas com deficiência (BRASIL, 2013). As mesmas propiciam as pessoas com deficiência sentirem-se incluídas na sociedade.

O termo acessibilidade, segundo o Estatuto das pessoas com deficiência, através da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, o artigo nº 3 visa possibilitar a autonomia da pessoa com deficiência em todos os espaços, seja nos meios urbanos, edifícios, comunicação, tecnologia (TIC's) e outros, tanto para deficientes físicos ou mobilidade reduzida. Assim, segundo a autora:

O censo não traz dados acerca do número de pessoas com deficiência que frequentam ou frequentaram a educação superior, mas a prática mostra que este número é ainda pouco significativo no conjunto da população total de estudantes nesse nível de ensino. (FIGUEIREDO, 2011, p.205)

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) no seu artigo 205 dispõe que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” No entanto, deixa a desejar nos métodos e recursos necessários para que isto ocorra, necessitando meios e estratégias para que todo e qualquer pessoa tenha uma boa educação e viabilizando a acessibilidade de materiais para as pessoas com deficiência visual.

As tecnologias da informação (TIC's) vem crescendo em grande escala com grandes mudanças quanto a acessibilidade para a pessoa com deficiência visual e/ou com baixa visão. O uso dos computadores para pessoas com deficiência visual, segundo Carvalho (2001) é extremamente necessário, já que o mesmo possibilita mais autonomia a estas pessoas.

Os meios voltados para a pessoa com deficiência visual vêm ganhando grandes proporções principalmente nos meios tecnológicos. Os sistemas leitores de tela como o DOSVOX, *Virtual vision*, *Job Acesso Wom Speech (JAWS)*, ORCA e o NVDA (*Non Visual Desktop Access*), são sistemas computacionais que viabilizam as pessoas com deficiência visual terem acesso ao computador de forma prática e acessível. O Braille também é outro material muito usado sendo outro meio acessível a pessoas com deficiência sendo o mesmo considerado difícil tanto em sua leitura quanto sua escrita, além da máquina de datilografia, impressora em Braille, soroban, máquina *Perkins*, todos esses materiais possibilitam a pessoa com deficiência visual uma melhor desenvoltura no meio educacional universitário proporcionando os mesmos sentirem-se inclusos.

Tanto a língua de sinais quanto o sistema Braille são necessários para a inclusão da pessoa com

deficiência visual. Em 04 de dezembro 1962, a Lei nº 4.169 oficializa as convenções sobre o sistema Braille para uso da escrita e leitura das pessoas com deficiência visual. No entanto, ainda observamos carência de materiais didáticos em Braille. Para os autores:

A acessibilidade também se faz através de equipamentos especializados. Os avanços tecnológicos – como é o caso das máquinas de datilografia e impressoras em braille, dos softwares computacionais para uso de deficientes visuais e das calculadoras que falam as respostas – passam a ser consumidos quase que de imediato, vindo a fazer parte do dia-a-dia dos usuários. (BRUMER, PAVEI, MOCELIN, 2004, p.22)

Porém, nem todas as pessoas com deficiência consegue ter acesso a esses materiais pois os mesmos são de alto custo saindo da realidade de muitos alunos, se tornando assim inacessíveis aos mesmos.

A acessibilidade nas universidades ainda está em processo contínuo para serem ditas como totalmente inclusivas, pois falta profissionais qualificados, com metodologias que propiciam a aprendizagem por igual de toda a turma, falta de materiais adequados, entre tantos outros fatores cruciais para que ocorra o processo de inclusão da pessoa com deficiência visual.

## **METODOLOGIA**

Para este trabalho, a metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental por meio de artigos científicos, teses, monografias, dissertações e documentos oficiais relacionados à temática pesquisada. Os instrumentos utilizados foram fichamentos e resumos das produções.

Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de materiais já elaborados, constituídos principalmente de produções acadêmicas. Já a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para Prodanov e Freitas (2013) o método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim, e no campo da ciência, sua finalidade deve ser a busca pelo conhecimento. Ela é básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 50).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados artigos, pesquisas e estudos sobre como as universidades desempenham o papel de formar milhares de pessoas, seja com deficiências visuais, auditiva, surdez, deficiências física, ou seja, com ou sem deficiência. Porém, nem sempre esta educação ocorre de forma espontânea e sem obstáculos para todos eles.

Segundo Brumer, Pavei e Mocelin (2014) em seu artigo “Saindo da escuridão” ressalta que as perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política das pessoas com deficiência visual em Porto Alegre, apresenta uma questão muito importante sobre a inclusão das pessoas com deficiência visual no meio social, e as possibilidades existentes para os mesmo vencerem tantos obstáculos decorrentes de sua deficiência e para serem inclusos a sociedade, como cidadãos. Relata que embora haja muitas leis de inclusão às pessoas com deficiência visual, estas, contudo, um grande avanço para o Brasil; no entanto, ainda não são totalmente cumpridas, sendo preciso ter mais fiscalizações para o cumprimento das exigências legais.

Segundo Reis (2010) ainda há muitas barreiras para a efetivação do pleno acesso ao ensino, pois a própria formação deixa lacunas quanto a formação de docentes para lidarem com pessoas com deficiência seja ela qual for, ou em muitos casos a postura do professor não contribui para a inclusão do aluno.

A base para uma boa educação são profissionais habilitados, aptos a lidarem com as diversas dificuldades ao longo de sua docência o mesmo sempre devendo buscar novos conhecimentos e formações para seu aperfeiçoamento e para uma melhor pratica em sala de aula. Conforme mostra as autoras:

A construção de uma educação inclusiva requer uma reestruturação dos sistemas de ensino que devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos. Esse propósito exige ações práticas e viáveis que tenham como perspectiva operacionalizar a inclusão social e escolar de todas as pessoas, independente de suas necessidades. (ROCHA; MIRANDA, 2009, p.202)

Para que ocorra o processo de educação inclusiva nas universidades as mesmas necessitam viabilizar desde a entrada do aluno a instituição, os meios de acessibilidade, na qual o indivíduo possa sentir-se incluso, como materiais didáticos como o Braille, máquina de datilografia, *softwares* leitores de tela entre outros.

Figueiredo (2011) realizou uma pesquisa em uma universidade buscando investigar a acessibilidade da mesma. Em um dos relatos em sua

entrevista com um aluno com deficiência visual ressalta que:

No que se refere à universidade, J. diz que, ainda, as mudanças que ele observa resultam de atitudes individuais de colegas e alguns professores sensíveis às necessidades da pessoa com deficiência e, assim, mobilizam-se, não apenas para auxiliar diretamente como também para fazer cobranças à instituição. Porém, ele vê como necessário um olhar mais abrangente, resultando numa política de acessibilidade global para a universidade, algo que partisse da administração central e outros responsáveis. (FIGUEIREDO 2011).

Visto que o auxílio do professor e colegas de sala com o aprendizado e interação das pessoas com deficiência visual contribui para significativas mudanças na vida dessas pessoas, porque não é somente buscar acessibilidade e inclusão, mas também ter pessoas preocupadas para que este processo ocorra.

Foi realizada a “Inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: Estudo sobre ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores”, em 2011, que teve o objetivo de investigar o fenômeno da inclusão de alunos com deficiência visual como se apresenta na Universidade Federal do Ceará (UFC), considerando a ótica dos próprios alunos, docentes e administradores. Para a coleta de dados realizou-se a observação participante, a entrevista semiestruturada e a análise de documentos. As observações participantes foram realizadas no contexto da sala de aula, das disciplinas em que os alunos com deficiência visual estavam matriculados. Trata-se de um estudo de cunho etnográfico sobre o fenômeno da inclusão na UFC, buscando compreender a ótica dos alunos com deficiência visual, docentes e administradores. Os resultados mostraram que o fenômeno da inclusão de alunos com deficiência visual acontece na ótica dos alunos, dos docentes, nas ações de alguns projetos da UFC e do apoio no período do ingresso, em disponibilizar atendimento diferenciado para os candidatos com deficiência visual. Que foram constatadas situações em que a inclusão vem do esforço maior de alguns professores, colegas e dos próprios alunos que deve se adaptar as estratégias dos professores. É possível concluir que para haver a inclusão deve-se iniciar com uma política educacional e pela necessidade de se desenvolver uma cultura universitária inclusiva. (SOARES, 2011).

Atualmente, UFC possui uma Secretaria de Acessibilidade para orientar, formar e apoiar ações inclusivas dentro da Universidade envolvendo o ensino, pesquisa e extensão.

Alexandrino (2016), em sua pesquisa em uma universidade pública ressalta que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência na universidade ainda necessitam melhorar em muitos aspectos, nas questões de acessibilidade arquitetônica onde os prédios não viabilizam total acesso as pessoas com

deficiência, na acessibilidade instrumental, pois a falta de materiais para estas pessoas ainda é muito presente sendo de extrema importância para o aprendizado dos mesmos, e a falta de comunicação dos profissionais da instituição, os mesmos sem nenhum preparo comunicacional para resolução de problemas junto a pessoa com deficiência visual.

Para que o processo de inclusão das pessoas com deficiência ocorra, necessita de um olhar profundo no âmbito das universidades acerca das questões de acessibilidade e inclusão.

## CONCLUSÃO

Foi possível constatar na presente pesquisa que ainda há muito a se progredir quando se fala de educação inclusiva nas universidades, pois as mesmas ainda necessitam de mudanças tanto comportamentais de profissionais, funcionários e a própria gestão universitária que muitas vezes se preocupa com a inclusão, mas não cria meios para que este processo ocorra.

Incluir não é apenas ter meios que a pessoa com deficiência adentre a universidade, pois, para que isto ocorra existem leis para o amparo a essas pessoas e muitas por assim dizer, mas, no entanto falta o cumprimento das mesmas, materiais propícios ao aprendizado da pessoa com deficiência, metodologias que possibilite um aprendizado por igual sem excluir ninguém, meios tecnológicos como software disponível nos computadores das universidades e tantos outros materiais que uma universidade deve ter para ser inclusiva e acessiva a essas pessoas.

As universidades crescem com o número de pessoas com deficiência que procuram por seus direitos dentro das universidades, no entanto, mesmo com tantas leis de inclusão foi notório ao longo desta pesquisa que esta inclusão ainda está somente no papel e não na prática das universidades, as mesmas necessitam obterem este olhar mais inclusivo às pessoas com deficiência visual e as demais deficiências, sendo de extrema necessidade para um país mais igualitário.

Visto que há uma grande necessidade de um olhar mais profundo das políticas públicas, se as mesmas estão sendo cumpridas dentro das universidades, sendo necessário viabilizar inspeções às instituições de ensino superior visando distinguir se as mesmas cumprem com os direitos básicos exigidos por lei, sendo que contribuiriam para que o processo de inclusão e acessibilidade nas universidades não fossem mais um problema para estas pessoas.

Esta pesquisa proporcionou ter um novo olhar sobre o tema em questão possibilitando adquirir conhecimento da abrangência de leis existentes para a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, sejam elas qual espaço for, nas escolas, universidades, locais de trabalho, lugares públicos e outros. Foi notável que há muito a progredir, e a se buscar, para assim dizer que as universidades são inclusivas e acessíveis, a falta de recursos e profissionais qualificados são os fatores de dificuldades mais relatados ao longo da pesquisa, apesar de existirem leis no qual as universidades devem disponibilizar profissionais qualificados para o trabalho com as pessoas com deficiência e recursos didáticos, no entanto isto não vem ocorrendo. Mesmo com profissionais qualificados se as universidades não dispõem de nenhum material propício ao grau de deficiência, este processo de aprendizagem não poderá ocorrer.

Todavia, obter este olhar mais amplo do que é acessibilidade e inclusão é perceber quão grande são os percursos que uma pessoa com deficiência enfrenta e para se desenvolver ações de acessibilidade que fomentem a inclusão, pois é preciso tempo para acontecer, pois requer mobilização, investimento financeiro, de formação e informação de todos envolvidos no processo, principalmente, uma gestão universitária preocupada com a inclusão e acessibilidade para as pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Eduardo Gauze et al. **Desafios dos alunos com deficiência visual no ensino superior: um relato de experiência.** Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 1, out. 2016. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/download/8076/5364>>. Acesso em: 29 de março de 2018.

BRASIL. **AVISO CIRCULAR Nº 277/MEC/GM.** Brasília, 08 de maio de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aviso277.pdf>> Acesso em: 20 de dezembro 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 03 de abril 2018.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)> Acesso em: 13 de Abril de 2018.

BRASIL. **LEI Nº 4.169, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1962.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4169.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4169.htm)> Acesso em: 02 de abril 2018.

BRASIL. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10098.pdf> Acesso em: 12 de abril de 2018.

BRASIL. **Lei Nº 13, 146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de inclusão da pessoas com deficiência (Estatuto da pessoas com deficiência) Disponível em:  
<[http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei\\_13146.pdf](http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf)> Acesso em 02 de março 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Portaria nº 555/2007. Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em:  
<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em: 13 de abril 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <<http://www.ampesc.org.br/arquivos/download/1382550379.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

BRUMER, Anita; PAVEI, Katiuci; MOCELIN, Daniel Gustavo. **Saindo da “escuridão”: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 300-327. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a13>> Acesso em 29 de março de 2018.

CARVALHO. José Oscar Fontanini de. **Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual à educação a distância no ensino superior.** Campinas, SP, 2001. Disponível em: <<http://oscar.pro.br/pdfs/TeseOscar.pdf>>. Acesso em 09 de maio de 2018.

FIGUEIREDO, AC., et al. **Acessibilidade e vida universitária: pontuações sobre a educação inclusiva.** In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 187-207. ISBN 978-85-232-1211-7. Available from SciELO Books. Disponível em:  
<<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-11.pdf>> acesso em: 03 de fevereiro 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Michele Xavier dos. **A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual.** Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.111-130 | abr. 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/FernandaBazon/publication/262657773\\_The\\_professor\\_educational\\_background\\_for\\_the\\_university\\_academic\\_practice\\_towards\\_visually\\_impaired\\_students/links/5733265e08ae9ace84073203/The\\_professor\\_educational\\_background\\_for\\_the\\_university\\_academic\\_practice\\_towards\\_visually\\_impaired\\_students.pdf](https://www.researchgate.net/profile/FernandaBazon/publication/262657773_The_professor_educational_background_for_the_university_academic_practice_towards_visually_impaired_students/links/5733265e08ae9ace84073203/The_professor_educational_background_for_the_university_academic_practice_towards_visually_impaired_students.pdf)>. Acesso em: 14 de abril de 2018.

ROCHA; MIRANDA. Telma Brito. Theresinha Guimarães. **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior.** Revista “Educação Especial” v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009, Santa Maria. Disponível em:  
<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>. Acesso em: 05 de maio de 2018.



SOARES, A.C.S. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores.** 2011. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.